Jornal da CNTC

UMA PUBLICAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO – CNTC

www.cntc.org.br | Ano 5 • Edição 59 • Novembro 2015 | Distribuição gratuita • Brasília/DF

Câmara discute financiamento sindical

CNTC atua pelo fortalecimento da representatividade do trabalhador

EXPEDIENTE

JORNAL DA CNTC

JORNAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO NO BRASIL
REGISTRO: RCPJ 2.784-LB 3 – Endereço: SGAS W5, quadra 902, bloco C, CEP 70390-020 – Brasília/DF
PABX: (61) 3217.7100 – Fax: (61) 3217.7122

SUPERVISÃO: Levi Fernandes Pinto • **JORNALISTAS:** Marina Barbosa e Raul Lênnon • **IMPRESSÃO:** Ideal Gráfica • **EDITORAÇÃO:** Grifo Design • **TIRAGEM:** 10 mil exemplares • **E-MAIL:** imprensa@cntc.org.br • **FOTOGRAFIAS:** Raul Lênnon • **JORNALISTA RESPONSÁVEL:** Marina Gomes Barbosa – RP: 015253/2011 DF.

(Os artigos, crônicas e opiniões publicados neste jornal, quando identificados, são exclusivamente de responsabilidade de seus autores.

CNTC

Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio
Entidade sindical de grau superior reconhecida pelo Dec. 22.043 de 11/11/46. Endereço: SGAS W5, quadra 902, bloco C
CEP 70390-020 – Brasília/DF – PABX: (61) 3217.7100
Fax: (61) 3217.7122 – Site: www.cntc.org.br –
E-mail: cntc@cntc.org.br

DIRETORIA

Presidente: Levi Fernandes Pinto • *1º Vice-Presidente:* Vicente da Silva • *2º Vice-Presidente:* Valmir de Almeida Lima • *1º Secretário:* Lourival Figueiredo Melo • *2º Secretário:* Idelmar da Mota Lima • *1º Tesoureiro:* Luiz Carlos Motta • *2º Tesoureiro:* Saulo Silva • *Diretor de Patrimônio:* Luiz de Souza Arraes • *Diretor Social e de Assuntos Legislativos:* José Francisco de Jesus Pantoja Pereira • *Diretor de Assuntos Internacionais:* Maria Bernadete Lira Lieuthier • *Diretor de Assuntos Culturais e Orientação Sindical:* Guiomar Vidor • *Diretor de Assuntos Trabalhistas e Judiciários:* Ageu Cavalcante Lemos • *Diretor de Assuntos Previdenciários:* Ronaldo Nascimento • *Diretor Administrativo do CET/CNTC:* Edson Ribeiro Pinto • *Diretor-AD Junto do CET/CNTC:* José Ribamar Rodrigues Filho

SUPLENTES | José Martins dos Santos • Ronildo Torres Almeida • Edson Geraldo Garcia • Elias Bernardino da Silva • Abdon Martins de Moura • Raimundo Miquilino da Cunha • Edson Ramos • José Alves Paixão • Leocides Fornazza • Telma Maria Cárdia • José Carlos Perret Schulte • Milton Manoel da Silva Filho • Cléber Paiva Guimarães • João de Sant'Ana • Cibele Cristina Lemos de Oliveira

CONSELHO FISCAL

Efetivos | Dorvalino de Oliveira • José Lucas da Silva • Márcio Luiz Fatel

Suplentes | Raimundo Matias de Alencar • Aulino Beserra Lima

REPRESENTAÇÃO INTERNACIONAL

Antonio Caetano de Souza Filho • Luiz José Gila da Silva • Raimundo Firmino dos Santos • Vagnei Borges de Castro • Rosilene Schneider Glasser • Francisca das Chagas S. da Silva • Manoel Santos de Oliveira • João Correia Gomes

CNTC Somos todos nós | CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO

PALAVRA DO PRESIDENTE LEVI FERNANDES PINTO

Companheiros e Companheiras,

A Câmara dos Deputados instalou no dia 1º de outubro a Comissão Especial para tratar sobre financiamento sindical. O objetivo da Comissão é elaborar um Projeto de Lei que resolva, em definitivo, a regulamentação das contribuições aos sindicatos.

Imediatamente, a CNTC criou uma Comissão sobre o Custeio Sindical, formada por diretores da Entidade, que está acompanhando a Comissão Especial da Câmara dos Deputados e discutindo as propostas apresentadas.

É fundamental que a gente participe desse processo e aproveite para debater profundamente a transparência da atividade sindical e sua autorregulação. Essa transparência deve passar por todos os aspectos do movimento sindical: eleições, regras, estatutos, contas e etc.

Mas o mais importante é que qualquer proposta apresentada garanta acima de tudo a unicidade sindical. Só com a preservação desse princípio constitucional estará garantida a representatividade dos trabalhadores de uma mesma categoria.

Recebemos no dia 04 de novembro, na CNTC, o presidente da Comissão, deputado Paulo Pereira da Silva (SD-SP), e o relator, deputado Bebeto (PSB-BA). Nos reunimos com a comissão da CNTC, formada por nossos diretores e debatemos os principais pontos que defendemos.

O encontro faz parte da agenda de reuniões com Confederações Nacionais laborais, que serão realizadas pela Comissão Especial da Câmara e tivemos o imenso prazer em termos sido a primeira Confederação a receber o grupo.

Foto: arquivo CNTC

Levi Fernandes Pinto

Defendemos uma discussão sobre a sustentabilidade econômico-financeira dos sindicatos e do sistema confederativo. A estrutura de defesa dos interesses sindicais necessita de investimento. A regulamentação da cobrança da contribuição assistencial obrigatória, devida por todos os trabalhadores beneficiados pela negociação coletiva, assegura o financiamento dos serviços prestados pelas entidades sindicais, principalmente nas bases do sistema.

Nessa edição do Jornal da CNTC você poderá acompanhar a cobertura completa dos trabalhos da Comissão Especial da Câmara dos Deputados que trata sobre o financiamento sindical, a atuação da CNTC e os pontos defendidos pela Entidade.

Nos mantemos incansáveis na luta pelo fortalecimento do nosso trabalho, pela dignidade e pelos direitos dos trabalhadores de todo o país.

Levi Fernandes Pinto
Presidente

ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO

CNTC lança Cartilha sobre Assédio Moral no Trabalho

A VIOLÊNCIA PRATICADA CONTRA TRABALHADORES É UMA REALIDADE NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E ATINGE HOMENS E MULHERES. A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA E A HUMILHAÇÃO SÃO PRÁTICAS QUE PASSARAM A SER ADOTADAS DE FORMAS VARIADAS NO COTIDIANO.

Uma tortura marcada pelo abuso de poder e a manipulação perversa. Seu poder de destruição vai além da sua prática, levando à degradação das condições de trabalho, com efeitos nocivos à dignidade, às relações afetivas e sociais e à saúde física e mental do trabalhador(a), além de prejuízos para empresas e órgãos públicos.

Dando andamento à política de combate a todas as formas de discriminação nas relações de trabalho, a CNTC lançou em outubro a cartilha "Assédio Moral no Trabalho", com informações sobre as diversas formas desse tipo de crime, as consequências para a vítima e o que fazer caso o trabalhador passe por algum tipo de assédio ou conheça alguém nesta situação.

A cartilha está disponível no site da CNTC e foi enviada para as federações vinculadas à Entidade.

Acesse: **www.cntc.org.br**

Assédio Moral no Trabalho

QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS ALVOS?

» Mulheres e homens por motivo de sua raça ou etnia, orientação sexual, crença religiosa e competência profissional.

» São sujeitos passivos especiais os jovens recém-admitidos; mulheres com responsabilidades familiares; mulheres que ascendem a postos e categorias nos quais há poucas mulheres; mulheres sem parceiros estáveis.

» Doentes, acidentados e pessoas com deficiências também costumam ser alvo.

» O assédio moral poderá ser praticado contra uma só pessoa ou contra várias, que é classificado como coletivo.

COMO PODE OCORRER?

Existem algumas ações que são exemplos práticos de assédio moral, como:

» Desmoralizar publicamente o trabalhador;
» Espalhar rumores sobre sua moral;
» Ameaçar constantemente de demissão;
» Dar ordens desnecessárias ou sobrecarregar o trabalhador;
» Controlar a frequência do uso do banheiro;
» Trocar o turno de trabalho da vítima sem aviso prévio;
» Ignorar sua presença;
» Desviar o trabalhador da função;
» Mandar executar tarefas acima ou abaixo do conhecimento da vítima;
» Sugerir que ela peça demissão por estar com problemas de saúde;
» Controlar o número de consultas médicas;
» Obrigar as trabalhadoras a montarem uma escala de quando ficarão gestantes.

CASO ESTEJA NESSA SITUAÇÃO, O QUE FAZER?

O mais importante é resistir, pois o medo só reforça o comportamento do agressor. Anote todos os acontecimentos humilhantes com detalhes, como o dia, mês, ano, hora, local ou setor, nome do(a) agressor(a), colegas que testemunharam os fatos, conteúdo da conversa e o que mais achar necessário.

Procure ajuda dos seus colegas, principalmente os que estejam na mesma situação que você ou que tenham testemunhado o fato, e apoio da sua família e amigos. Sempre tente ter uma testemunha durante as conversas com o agressor.

Procure o seu sindicato e relate os acontecimentos, pois ele o ajudará a se proteger dessa situação. Você também deve procurar as Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, o Ministério Público, a Justiça do Trabalho e o Ministério do Trabalho e Emprego, que tem dois números para ligação gratuita: **0800 61 0101** (para a Região Sul e Centro-Oeste, Estados do Acre, Rondônia e Tocantins) e **0800 285 0101** (para as demais localidades).

FINANCIAMENTO SINDICAL

Câmara discute financiamento sindical. CNTC atua pelo fortalecimento da representatividade do trabalhador

A CÂMARA DOS DEPUTADOS INSTALOU NO DIA 1º DE OUTUBRO A COMISSÃO ESPECIAL PARA TRATAR SOBRE FINANCIAMENTO SINDICAL. O OBJETIVO DA COMISSÃO É ELABORAR UM PROJETO DE LEI QUE RESOLVA, EM DEFINITIVO, A REGULAMENTAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES AOS SINDICATOS. ATUALMENTE, 22 PROPOSTAS SOBRE O ASSUNTO TRAMITAM NA CASA.

Comissão pretende ampliar debate sobre representação sindical

O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, afirmou que a intenção da comissão é ampliar o debate sobre representação sindical e produzir legislação que facilite a vida dos trabalhadores. "É um momento importante para proteger, valorizar os sindicatos, debater com transparência", afirmou.

O presidente da comissão especial, deputado Paulo Pereira da Silva (SD-SP), listou os desafios a serem enfrentados. "Nós precisamos enfrentar a questão da contribuição, a questão da transparência no movimento sindical, a questão da representatividade. É importante discutir tudo isso com o movimento sindical daqui pra frente."

A comissão especial sobre o financiamento sindical vai propor audiências públicas em alguns estados e convidar representantes do Ministério Público do Trabalho, da Justiça do Trabalho e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O deputado Bebeto (PSB-BA) é o relator do colegiado.

A CNTC criou uma Comissão sobre o Custeio Sindical, formada por diretores da Entidade, que está acompanhando a Comissão Especial da Câmara dos Deputados e discutindo uma proposta.

A Entidade defende uma discussão sobre a sustentabilidade econômico-financeira dos sindicatos e do sistema confederativo. "Precisamos melhorar a estrutura de defesa dos interesses sindicais e isso exige investimento em conhecimento. Precisamos oferecer alternativas para a melhoria da saúde e da qualidade de vida do trabalhador, assim como meios para sua permanente qualificação. A nova receita vai assegurar o financiamento dos serviços prestados pelas entidades sindicais, principalmente nas bases do sistema", afirma o presidente da CNTC, Levi Fernandes Pinto.

Para a CNTC é importante que qualquer proposta garanta a manutenção da unicidade sindical, fundamental para o fortalecimento do sindicalismo. O princípio está estabelecido no art. 8º da Constituição, que garante ser livre a associação profissional ou sindical, com a unicidade sindical assegurada na existência de uma única entidade representativa de um mesmo grupo de trabalhadores ou de empresários na mesma base territorial.

"Só com a preservação do princípio constitucional da unicidade sindical estará

garantida a representatividade dos trabalhadores de uma mesma categoria. A criação de entidades sindicais na mesma base territorial, com as mesmas categorias e com a anuência do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) enfraquece o movimento e prejudica o poder de mobilização das bases nas empresas, além de fragilizar a negociação com os empregadores", explica Levi Fernandes Pinto.

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

Dentro do capítulo da defesa do sistema confederativo, o financiamento do sistema sindical brasileiro precisa se desvencilhar de alguns mitos. O mais grave deles é o de que os sindicatos vivem do dinheiro público. A maioria daqueles que criticam a contribuição sindical não sabe que ela provém diretamente do bolso do trabalhador, sindicalizado ou não, conforme prevê a lei.

Do total da receita pelo recolhimento da contribuição sindical dos trabalhadores 10% é destinado à Conta Especial Emprego e Salário, que financia, por exemplo, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

"O financiamento do Sistema dá ao trabalhador a condição de ter um sindicato forte e capaz de fazer frente às suas demandas de representação. Serve para que ele possa desenvolver suas ações em defesa do comerciário, seja na sua base, seja na capital no estado ou em Brasília, ao atuar no Congresso Nacional. É com a estrutura proporcionada pela contribuição que o sindicalista ganha autonomia para liderar as negociações trabalhistas com o setor empresarial correspondente", afirma o presidente da CNTC.

> "Só com a preservação do princípio constitucional da unicidade sindical estará garantida a representatividade dos trabalhadores de uma mesma categoria. A criação de entidades sindicais na mesma base territorial, com as mesmas categorias e com a anuência do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) enfraquece o movimento e prejudica o poder de mobilização das bases nas empresas, além de fragilizar a negociação com os empregadores."
>
> **LEVI FERNANDES PINTO**

(Da esq. para dir.) Deputado Ademir Camilo, Zé Francisco, Deputado Paulinho e o Deputado Bebeto

(Da esq. para dir.) Luiz de Souza Arres, Deputado Paulinho e Zé Francisco

FINANCIAMENTO SINDICAL

> “Nós precisamos enfrentar a questão da contribuição, a questão da transparência no movimento sindical, a questão da representatividade. É importante discutir tudo isso com o movimento sindical daqui pra frente.”

DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA (SD-SP)

CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

A contribuição sindical, no entanto, é apenas um dos pilares da sustentabilidade econômico-financeira dos sindicatos e do sistema confederativo como um todo. Para cumprir sua missão, os sindicatos necessitam de urgente regulamentação da contribuição assistencial. É preciso avançar em entendimento com o Executivo federal e o Congresso Nacional para adotar a nova contribuição no mesmo modelo de repasse da contribuição sindical. Principalmente ao assegurar a maior parcela da arrecadação para as entidades de base – os sindicatos.

A contribuição assistencial destina-se a custear os gastos com as Negociações Coletivas ou participação em Dissídios Coletivos, ou seja, é aplicada para “ressarcir” as forças empenhadas nessas movimentações ou em outras participações ativas frente aos interesses dos integrantes da categoria representada.

É importante ressaltar que essa contribuição é prevista em Convenção Coletiva de Trabalho, que é aprovada pela Assembleia Geral da categoria, e deve ser cobrada de todos integrantes da categoria, filiados ou não, uma vez que todos são beneficiados pelas atividades dos sindicatos.

Por ser a entidade sindical a voz do coletivo, abrangendo toda a categoria, as vantagens obtidas por meio da negociação coletiva não ficam restritas aos seus associados, e por força de lei são estendidas indistintamente a todos os profissionais que fazem parte da mesma categoria, mesmo àqueles que não sejam sindicalizados.

(Da esq. para dir.) Guiomar Vidor, Deputado Paulinho e Zé Francisco

(Esq. Para dir.) Ronildo Torres Almeida, Maria Bernadete Lira Lieuthier e Zé Francisco

FINANCIAMENTO SINDICAL

Ronildo Torres Almeida e Vicente da Silva

Representação sindical por categoria é indispensável

Existem no Brasil sindicatos dos empregados classificados conforme suas respectivas categorias profissionais, sendo essas constituídas por trabalhadores de uma mesma profissão. Já os sindicatos dos empregadores são classificados conforme sua categoria econômica, cuja composição infere empreendedores que possuem atividades idênticas.

A proposta de reforma sindical tentada no governo de Fernando Henrique Cardoso e novamente articulada no início do governo Lula, pretendia o enfraquecimento do movimento sindical por meio de seu fracionamento mediante a extinção da contribuição sindical. Caso fosse aprovada essa proposta os trabalhadores ficariam assim:

$ Salário	Seu salário sofreria uma perda gradual de poder aquisitivo, além de não haver uma entidade sindical específica negociando com o empregador.
Emprego	O Sindicato é indutor e defensor da manutenção do emprego e da obediência às leis e direitos trabalhistas, acompanhando as rescisões contratuais.
Saúde	O Sindicato atua permanentemente nas áreas de segurança, saúde e medicina do trabalho, inclusive fiscalizando empresas que não cumpram as NRs. Através de convênios acesso a serviços que compensem a fragilidade da previdência social.

COMISSÃO ESPECIAL

CNTC recebe deputados da Comissão Especial sobre o Financiamento da Atividade Sindical

Comissão da CNTC acompanha debate sobre o Custeio da Atividade Sindical

O presidente da Comissão Especial da Câmara dos Deputados sobre o Financiamento da Atividade Sindical, deputado Paulo Pereira da Silva (SD-SP) e o relator da Comissão, deputado Bebeto (PSB-BA), se reuniram na manhã do dia 04 de novembro, com os representantes da Comissão da CNTC sobre o Custeio Sindical, formada por diretores da Entidade.

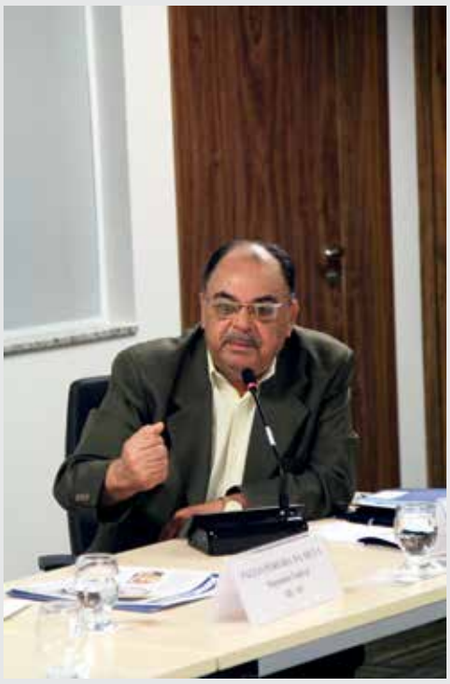
O encontro faz parte da agenda de reuniões com Confederações Nacionais laborais, que serão realizadas pela Comissão Especial da Câmara. A CNTC foi a primeira Confederação a receber o grupo.

Para o deputado Paulo Pereira da Silva (SD-SP), o intuito dos encontros é debater junto com o movimento sindical propostas para serem inseridas no Projeto de Lei que será criado e votado pela Comissão Especial. O projeto aprovado pela Comissão seguirá diretamente para votação pelo Plenário da Câmara.

"Nós não temos um projeto, nós queremos fazer um projeto junto com o movimento sindical, queremos escutar o Ministério Público, o TST, entre outros órgãos. Claro que não conseguiremos uma unanimidade, mas vamos buscar um acordo entre todas as Entidades. É um desafio a ser construído", disse o deputado Paulo Pereira da Silva.

O presidente da Comissão afirmou ainda que o movimento sindical não pode perder a oportunidade de fazer uma autorregulação séria, sem prejuízos para os sindicatos, federações e confederações.

"A lei é soberana, por isso devemos aproveitar o momento para discutir um projeto que regule o movimento sindical, com transparência. O projeto aprovado deverá ser cumprido por todos, inclusive pelo Ministério Público. Não vamos fazer um projeto que seja prejudicial ao movimento sindical", afirmou.



Vicente da Silva, 1º vice-presidente da CNTC

COMISSÃO ESPECIAL

Presidente da CNTC, Levi Fernandes Pinto (centro), deputado Bebeto (PSB-BA) (esq.) e deputado Paulo Pereira da Silva (SD-SP) (dir.)

Valmir de Almeida Lima e deputado Bebeto

Encontro faz parte da agenda de reuniões com Confederações Nacionais laborais

CNTC foi a primeira Confederação a receber o grupo

O projeto aprovado pela Comissão seguirá para votação no Plenário da Câmara

Comissão da CNTC defende a transparência da atividade sindical

Deputado Paulinho destacou que o objetivos dos encontros é debater propostas para serem inseridas no projeto de Lei

O presidente da CNTC, Levi Fernandes Pinto, falou da criação da Comissão sobre o Custeio Sindical, formada por diretores da Entidade, que está acompanhando a Comissão Especial da Câmara dos Deputados.

Levi Fernandes Pinto defendeu uma proposta que contemple:

» A manutenção da cobrança da contribuição sindical, da unicidade sindical e do sistema confederativo;

» A liberdade sindical com a autorregulação pelas entidades sindicais sem a interferência do Estado, alicerçados na liberdade de organização e de atuação, autofiscalização, valorização dos princípios sindicais, estruturas apropriadas para cada vez mais prestar serviços eficazes para os representados e instrumentos particulares de resolução de conflitos;

» A regulamentação da cobrança da contribuição assistencial obrigatória, devida por todos os trabalhadores beneficiados pela negociação coletiva, aprovada em Assembleia Geral aberta a todos os trabalhadores da categoria, convocada através de edital, com ampla divulgação na base territorial da entidade;

» Desvios de condutas dos dirigentes sindicais: práticas ilícitas executadas por dirigente sindical serão sempre combatidas e devem sofrer as penalidades previstas em Lei;

» Eleições sindicais: para garantir a imparcialidade e a objetividade do procedimento defendemos que as eleições sindicais sejam realizadas de forma transparente com total publicidade de todas as fases e com a garantia de ampla participação dos trabalhadores.

» Mandato com duração uniforme: a duração dos mandatos sindicais deve ser de até 4 anos;

» Transparência na gestão sindical: exercício com observância na legislação vigente e nos deveres éticos e defesa do sindicalismo, não misturando interesses do sindicato com interesses privados.

» Condutas antissindicais: criar mecanismos eficazes para coibir a prática de atos antissindicais, qualificando-os como aqueles tendentes a restringir ou a impedir o exercício dos direitos destinados a reivindicar, a promover ou a salvaguardar as condições de trabalho e econômicas dos trabalhadores.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em audiência na câmara, presidente do TST defende fortalecimento dos sindicatos

Presidente do TST defende a importância da atuação dos sindicatos na defesa dos trabalhadores

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Antonio José de Barros Levenhagen, defendeu o Imposto Sindical obrigatório durante a audiência pública da Comissão Especial de Financiamento da Atividade Sindical, no dia 29 de outubro.

"Se fosse retirada essa fonte de renda, os sindicatos não teriam condições de realizar seu trabalho nem de suprir a ausência do Estado, promovendo a assistência médica e jurídica a seus associados", disse Levenhagen.

Na reunião estiveram presentes ainda o presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Aroldo Cedraz, representantes da OAB e do Ministério do Trabalho.

O presidente do TST falou ainda sobre a importância da atuação dos sindicatos na defesa dos trabalhadores e no oferecimento de programas destinados à qualidade de vida dos seus filiados.

"Até que se tenha uma reforma sindical mais profunda, é conveniente que se mantenha a contribuição sindical para viabilizar a atividade dos sindicatos. Não podemos esquecer que estes sindicatos desenvolvem, além da atividade expressiva de conquista de vantagens para os empregados, atividades de lazer para os seus filiados, assistência médica, assistência judiciária, assistência dentária e é preciso recursos para que os sindicatos continuem atuando também nessa linha. Tudo isso vem ao encontro daquilo que a população carente precisa: se o Estado não está dando conta de fornecer um tratamento de saúde ou dentário a altura, os sindicatos vêm ocupando esse vazio e atendendo pessoas que deles necessitam", afirmou Levenhagen.

O relator da Comissão Especial, deputado Bebeto (PSB-BA), destacou que a promoção do movimento sindical se confunde com a própria ação de defesa do direito

Antonio José de Barros Levenhagen, presidente do TST

do trabalho e que a Comissão não deve se limitar a discutir apenas as fontes de custeio. Para o relator, o colegiado deve debater questões como a democratização dos sindicatos, a transparência e a viabilidade das formas de controle.

Ainda foi dito por ele que os casos minoritários de malversação de recursos da contribuição sindical não podem servir de base para criminalizar a atividade das entidades.

Merece destaque especial a participação do Ministro Antônio José de Barros Levenhagen, presidente do TST, que:

» Destacou que não é possível fortalecer o movimento sindical se ele não tiver recursos financeiros e que os sindicatos não sobreviverão sem a fonte de custeio;

» Em suas palavras, há necessidade de que seja mantida a contribuição sindical até que se discuta um novo modelo de atuação das entidades.

» É preciso que os próprios sindicatos façam uma campanha maciça para atrair filiações e cresçam mais. De acordo com o Ministro, o sindicato que mais tem filiados ganha em estatura de representatividade e eleva sua fonte de rendimento;

» Lembrou que, apesar da mobilização para obter novas filiações, os empregados são um pouco refratários à sindicalização. Por isso, a contribuição é importante porque garante que os sindicatos possam sobreviver.

» Explicou que apesar de parecer paradoxal que a Constituição Federal de 1988 tenha dado autonomia aos sindicatos, mas recepcionado a contribuição sindical, o constituinte não poderia ter deixado os sindicatos em situação de miséria financeira para financiar sua atividade precípua.

» Foi ressaltado que os sindicatos auxiliam os trabalhadores, no sentido de suprir deficiências do Estado, especialmente quanto à assistência jurídica e médica;

» O ministro admitiu a inconveniência do Precedente 119 do TST, que não reconhece a compulsoriedade da Contribuição Assistencial. Em suas palavras, "não é justo que o sindicato se emprenhe em trazer melhorias para toda a categoria e apenas os associados contribuam".

» Em sua opinião, o Precedente fere o direito da liberdade individual, pois o trabalhador que não é filiado fica impedido de contribuir com o sindicato responsável pela negociação. A jurisprudência não pode impedir a vontade do trabalhador não associado de contribuir.

» Citou quando 14 ministros do TST mobilizaram-se no sentido de cancelar o Precedente 119, porém infelizmente no momento da votação pelo Plenário do Tribunal dois mudaram de posicionamento, o que impediu que o entendimento fosse cancelado.

> "Se fosse retirada essa fonte de renda, os sindicatos não teriam condições de realizar seu trabalho nem de suprir a ausência do Estado, promovendo a assistência médica e jurídica a seus associados."
>
> **ANTONIO JOSÉ DE BARROS LEVENHAGEN**

Na reunião estiveram presentes o presidente do TST, do Tribunal de Contas da União, Ministro Aroldo Cedraz, representantes da OAB e do Ministério do Trabalho

Uma crise de todos

Por Abram Szajman e Luiz Carlos Motta

Patrões têm o capital. Trabalhadores o trabalho. Nem sempre os interesses de ambos coincidem. No entanto, há uma série de temas vitais que se não forem defendidos de forma conjunta acabam provocando a morte tanto do capital quanto do trabalho ao mesmo tempo. É como se todos estivessem num mesmo barco em mar revolto tentando chegar a um porto seguro. Todos precisam remar na mesma direção e no mesmo ritmo para se salvar.

O comércio emprega hoje no Brasil aproximadamente 13 milhões de trabalhadores, sendo quase três milhões só no Estado de São Paulo. É a maior categoria profissional do setor privado do país e responsável por uma gorda fatia do PIB.

O desemprego que atinge todos os setores da economia, a redução do volume de crédito, a inflação e a queda dos investimentos do poder público e por consequência da iniciativa privada é o retrato de uma crise que precisa urgentemente de uma solução conjunta entre todos que fazem um País mais rico. Estamos diante de uma nuvem de incertezas que pode levar o barco a pique. O cenário piorou com o anúncio do aumento da carga tributária e da supressão de direitos adquiridos.

Empresas e trabalhadores vêm fazendo a sua parte. De um lado as lojas negociam suas compras até a exaustão para oferecer o melhor preço para seus clientes. Fazem gestão estratégica para reduzir custos. Oferecem liquidações para fazer caixa e pagar suas dívidas. Treinam funcionários para atender os clientes da melhor forma, mas as vendas vêm caindo em ritmo preocupante.

Os trabalhadores, por meio de seus sindicatos, federações e confederações, investem em capacitação e negociam até o limite salários e direitos para suas categorias. Ainda assim, enfrentam o fantasma do desemprego e a redução do poder aquisitivo provocados pela inflação e pela queda das comissões de vendas.

Trabalhadores com emprego, remuneração e qualidade de vida são também consumidores que movimentam a roda da economia e fortalecem suas empresas. Ambos contribuem para a principal receita do governo: os impostos.

Mas esse barco agora está à deriva porque um setor rema contra. É o Governo Federal, que precisa fazer a sua parte mas insiste na manutenção de políticas econômicas recessivas e adotadas sem o necessário diálogo com a sociedade.

Entre as últimas "estratégias" anunciadas recentemente pelo governo está a volta da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF). Apresentado como uma alíquota de 0,20%, o imposto despertou o interesse de estados e municípios, o que pode fazer seu valor subir para 0,38%.

A CPMF pode parecer baixa, mas é paga por toda a cadeia produtiva a cada movimentação, por fornecedores, comerciantes e clientes. O resultado é um tiro no pé, com o encarecimento dos produtos desestimulando ainda mais o consumo e acenando para a manutenção da recessão, com queda na arrecadação de impostos e uma crise em espiral.

No entanto somos otimistas e acreditamos que ainda dá tempo de corrigir o rumo e apostarmos em um Brasil com economia forte e estável para trabalhadores e empresários.

A história mostra que há um caminho para evitar o caos maior: corte de despesas do Governo Federal, adoção da meritocracia na contratação de funcionários públicos, redução da dívida pública, privatização das empresas estatais ineficientes e uma gestão que combata a corrupção de forma efetiva e clara. A sociedade brasileira não pode continuar sendo punida por crises provocadas por governos que remam contra!

ABRAM SZAJMAN
É presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP)

LUIZ CARLOS MOTTA
É presidente da Fecomerciários (Federação dos Comerciários do Estado de São Paulo) e 2º Vice-Presidente da CNTC

RODADA DAS FEDERAÇÕES

SINTCOPE realiza I Seminário de Relações Trabalhistas

Dr. João Murinelli Nebiker, assessor jurídico da Feconeste e da CNTC

O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio de Petrolina em Pernambuco (SINTCOPE) promoveu no dia 17 de setembro o I Seminário de Relações Trabalhistas da categoria. Cerca de 300 dirigentes sindicais participaram do evento que tratou de temas como a terceirização, trabalho degradante e o e-Social.

Representante do Ministério Público no Estado, Vanessa Patriota, ministrou palestra sobre Trabalho Degradante. Para facilitar o entendimento dos dirigentes, a palestrante abordou os direitos trabalhistas desde o surgimento até os dias atuais citando exemplos de empresas autuadas na região.

Dr. João Murinelli Nebiker, assessor jurídico da Feconeste e da CNTC, palestrou sobre o Projeto da Terceirização que tramita há mais de 10 anos no Congresso Nacional. "Esse PL precariza toda a legislação trabalhista contratando trabalhadores independentes das leis trabalhistas, tornando-se danoso para os trabalhadores e para a sociedade brasileira ", afirmou.

Na palestra dirigida aos profissionais de contabilidade, empresários, diretores e gerentes de empresas (indústria, comércio, atacadistas e distribuidores), bem como aos dirigentes sindicais, Dr. Dante Berine, gerente de departamento da Alterdata Sotware com especialização em SPED, esclareceu como funciona o novo sistema do e-Social e seus impactos para as empresas. "Esses eventos nos estados são uma maneira gratuita de transferir informações objetivas e necessárias aos empresários e contadores, principalmente por se tratar de uma legislação nova", disse.

A presidente do SINTCOPE, Dilma Gomes, destacou a importância do e-Social nas relações trabalhistas. "Acredito que é importante convidar os trabalhadores para discutir esse assunto principalmente para tirar dúvidas porque logo o e-Social será obrigatório em todas as empresas".

O novo sistema unifica em uma única plataforma online todas as informações fiscais, previdenciárias e trabalhistas que as empresas são obrigadas a enviar ao governo. A mudança é obrigatória e as empresas têm aproximadamente um ano e meio para implantá-la.

Fonte: Feconeste.

FEAAC promove Curso de Rotinas Trabalhistas e suas implicações no e-Social

Participaram do evento representantes de sindicatos filiados à Federação

A FEAAC (Federação dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio do Estado de São Paulo) promoveu nos dias 06 e 07 de novembro, em sua Colônia de Férias, em Peruíbe, o módulo 2 do curso de Rotinas Trabalhistas e suas implicações no e-Social, uma parceria da FEAAC com o Dr. Gilson Gonçalves, para tratar dos assuntos referentes a legislação trabalhista que estarão no e-Social.

Após ter passado por todos os sindicatos filiados à federação, nos cursos externos, Dr. Gilson mostrou como essa iniciativa é de extrema importância para todos os trabalhadores das empresas filiadas aos respectivos sindicatos e parabenizou a FEAAC e todos os presidentes de sindicatos e federações pelos eventos realizados em suas cidades.

No módulo 2, Dr. Gilson explicou como se calculam todos os benefícios previdenciários, cálculos de rescisão, e todos os participantes demonstraram extrema concentração e dedicação para comprovar como já estão craques no assunto e prontos para atender aos seus filiados nos sindicatos.

Para 2016, o curso continuará percorrendo todos os sindicatos a fim de sanar qualquer dúvida dos trabalhadores em relação ao e-Social.

Fonte: FEAAC.

RODADA DAS FEDERAÇÕES

FECEP reúne diretoria em Guaratuba-PR

Em 20 de novembro, a Federação dos Empregados no Comércio do Estado do Paraná - FECEP, reuniu todos seus diretores na sede da Colônia de Férias dos Comerciários em Guaratuba-PR.

Na oportunidade, foram discutidos diversos assuntos de interesse da categoria, inclusive a suplementação e a previsão orçamentária da entidade. Durante a reunião, foi apresentada a revista em quadrinhos da entidade, que trata sobre a regulamentação da categoria.

Durante a reunião foi apresentada a revista em quadrinhos da entidade que trata sobre a regulamentação da categoria

"Mais uma vez, é com grande prazer que a FECEP reúne todos seus diretores. O dia de hoje é especial, pois lançamos a nova revista em quadrinhos "Comerciários em Ação!", a qual mostra do que se trata a regulamentação da categoria e explica como a regulamentação pode ser aplicada no dia a dia do comerciário", salientou Vicente da Silva, Presidente da FECEP.

Na parte da tarde, a suplementação e a previsão orçamentária foram apresentadas ao conselho da Federação, na qual os mesmos aprovaram com 100% dos votos.

Fonte e fotos: FECEP.

ANFIP realiza palestra para Conselho de Representantes da CNTC

O Conselho de Representantes da CNTC se reuniu no dia 25 de novembro na sede da Entidade. No encontro, o grupo participou da palestra "Superávit da Previdência Social Brasileira", ministrada pelo vice-presidente de Assuntos da Seguridade Social da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP), Décio Bruno Lopes.

O grupo, composto por cerca de 50 representantes de federações de todo o país, tirou dúvidas sobre o tema e recebeu importantes informações a respeito da cobertura e do atendimento da Previdência Social Brasileira.

Décio Bruno Lopes, Vice-presidente da ANFIP, destaca princípios constitucionais da Previdência Social Brasileira

Décio Lopes abriu sua palestra contextualizando a Seguridade Social na Constituição de 1988 como um amplo sistema de proteção social, de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, que engloba as áreas de Previdência, Saúde e Assistência Social. Também pontuou que a Seguridade possui orçamento próprio, distinto do Orçamento Fiscal da União.

O vice-presidente discorreu sobre as receitas e as fontes de financiamento da Seguridade Social, destacando que, de acordo com estudos da ANFIP, o sistema sempre foi superavitário – em 2014, o superavit foi de R$ 53,9 bilhões. Também falou dos princípios constitucionais da universalidade da cobertura e do atendimento e da diversidade das bases de financiamento.

Dentre a diversidade de fontes de financiamento, Décio Lopes citou as contribuições incidentes sobre a folha de salários, faturamento, lucro, receita de concursos de prognósticos e contribuições do importador.

O representante da ANFIP ressaltou ainda que a Previdência Social, desde a sua criação, nunca foi financiada apenas pela contribuição incidente sobre a folha de salários. Frisou que, após a Constituição de 1988, a Previdência está inserida no contexto da Seguridade Social, superavitária, e, por isso, é falacioso o propagado deficit quando se compara as despesas previdenciárias apenas com as contribuições incidentes sobre a folha de salários.

Segundo Décio Bruno, há um desencontro de informações – fala-se em deficit da Previdência Social enquanto a Desvinculação de Receitas da União (DRU) retirou da Seguridade Social, em 2014, a cifra de R$ 63,2 bilhões, gastos em outras finalidades. Além disso, está sendo proposta a ampliação da DRU de 20% para 30% dos recursos da Seguridade.

Com informações: ANFIP

RODADA DAS FEDERAÇÕES

Secretaria da Mulher da Fecosul engajada na Campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres

Começou no dia 25 de novembro a Campanha 16 Dias de Ativismo pelo fim da Violência Contra as Mulheres. A Secretaria da Mulher da Fecosul e os Sindicatos filiados estão engajados na luta e apoiam a campanha, que tem por objetivo promover o debate e denunciar a violência contra as mulheres. Diversas atividades estão sendo realizadas em todo o Rio Grande do Sul para chamar atenção para os alarmantes números da violência contra a mulher no País e no Estado.

A campanha é mundial e termina no dia 10 de dezembro – Dia Internacional dos Direitos Humanos. No Brasil, ela é realizada desde 2003 por meio de ações de mobilização, palestras, debates, eventos e encontros. A Campanha recebe adesões institucionais, de empresas públicas, privadas e de organizações não governamentais.

Todos os anos a Secretaria da Mulher da Fecosul produz material informativo de apoio à Campanha para distribuir aos Sindicatos filiados à Federação. O objetivo do material é divulgar informações e formas de como denunciar a violência contra as mulheres. Este ano a Fecosul produziu uma arte que, de forma emocional, a partir do desenho aquarelado de uma mulher, revela aspectos da violência, do sofrimento das vítimas, e sugere a necessidade das mulheres seguirem de cabeça erguida e denunciarem os abusos. Utilizando a tag #NãoSeCale, o material aproxima-se da linguagem da internet e aponta a importância da denúncia para por fim à violência.

Segundo a diretora da Secretaria da Mulher, Silvana Maria da Silva, o engajamento tem que ser de toda a sociedade. "É muito importante o engajamento de mulheres e homens pelo fim da violência contra as mulheres. Temos a lei Maria da Penha no Brasil, mas os números da violência compravam a necessidade da efetivação de fato da lei, em todos os municípios, e isso, depende da pressão popular e da vontade política de nossos governantes. Precisamos defender políticas públicas que garantam os direitos das mulheres, respeito, proteção e melhores condições de vida. Por tudo isso se faz importante a Campanha, e as atividades desenvolvidas nesse período, para debater a questão, mostrando que a violência contra mulher é real, é diária e acontece a cada minuto. DIGA NÃO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES", declarou Silvana.

LIGUE 180

A Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180) recebeu nos últimos dez anos 4,7 milhões de atendimentos, segundo dados divulgados no dia 25 de novembro pelo Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

O serviço, cuja ligação é gratuita e está disponível 24 horas por dia, dá orientações, esclarece dúvidas e pode registrar denúncias de agressões contra mulheres.

Nos últimos dez anos, do volume de ligações recebidas, 552.748 foram relatos de violência. Os principais tipos foram de violência física (56,72%) e psicológica (27,74%). No total, segundo o ministério, foram feitos 1.661.696 pedidos de informação e 824.498 encaminhamentos a serviços da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

NÚMEROS DE 2015

Entre janeiro e outubro deste ano, a Central realizou 634.862 atendimentos, número 56,17% maior que o do mesmo período de 2014 (406.515). Nos dez primeiros meses do ano, foram registrados 63.090 relatos de violência, 40,33% superior aos registrados em 2014.

Dentre as ligações com relatos de violência, 49,82% corresponderam a casos de violência física; 30,40% de violência psicológica; 7,33% de violência moral; 2,19% de violência patrimonial; 4,86% de violência sexual; 4,87% de cárcere privado; e 0,53% de tráfico de pessoas.

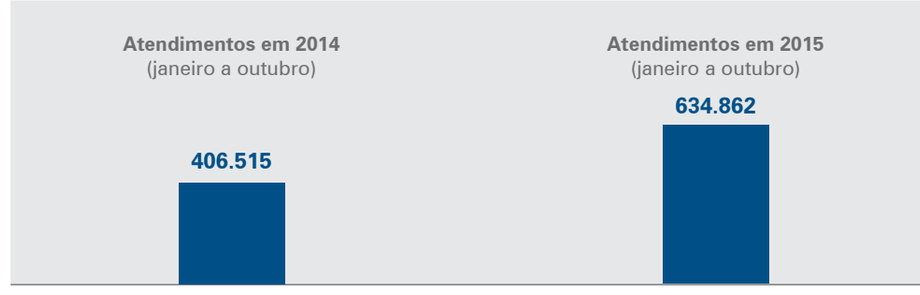
O ministério destacou o aumento de 300,39% nos casos de cárcere privado, com média de dez registros por dia. Os registros de estupros também aumentaram em 165,27%. De acordo com o Ligue 180, a média foi de um estupro a cada 3 horas.

Campo Grande foi a cidade com maior taxa de relatos de violência, seguida por Rio de Janeiro e Natal. Entre as unidades da federação, o Distrito Federal liderou, seguido por Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro.

Do total de atendimentos em 2015, 39,52% corresponderam à prestação de informações, principalmente sobre a Lei Maria da Penha; 9,65% são de encaminhamentos para serviços especializados; e 40,28% de encaminhamentos para outros serviços de atendimento, como Polícia Militar, Polícia Civil e Disque 100, da Secretaria de Direitos Humanos.

Fonte: Fecosul.

LIGAÇÕES COM RELATOS DE VIOLÊNCIA



16 DIAS DE ATIVISMO
PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Existem muitas formas de violência:

Moral • Física • Psicológica • Sexual • Patrimonial

DENUNCIE! LIGUE 180

CNTC
Somos todos nós

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO